

MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Livro resgata a memória e a verdade

Villa representou a presidência da AL, no lançamento do livro “Direito à memória e à Verdade - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”, produzido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), na quarta-feira (29), no Palácio do Planalto.

A solenidade teve a presença do presidente da República, Lula da Silva, que salientou a importância dessa iniciativa: “Eu quero dizer aos companheiros que lutam em defesa dos direitos humanos que vocês serão parceiros na crítica. Não fiquem pensando que o governo vai ficar chateado quando alguém criticar. Vocês serão parceiros no apoio, isso vale para os militares, para os parentes dos desaparecidos, para os advogados. É preciso que a gente entenda de uma vez por todas: o Brasil e, sobretudo a história, precisa dessa verdade tal como ela é e eu acho que nós conseguiremos desvendá-la e mostrá-la ao povo”.

Leia mais na página 3



Ministro Vannuchi, presidente Lula e Villa

Fundo aerus é credor preferencial do governo

“O Fundo Aerus é considerado credor preferencial do governo nacional”, definiu Villa. De acordo com ele, já estão sendo desenhadas, inclusive, as regras da negociação para o pagamento e o governo está atento às propostas de encami-

nhamento apresentadas pelos beneficiários do Fundo de Pensão Aerus que tentam receber um valor de R\$ 3,2 bilhões devido pelo governo federal.

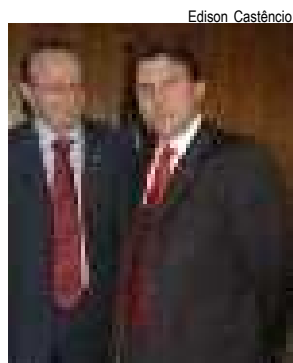
Villa e o deputado Raul Carrion (PCdoB)-que integram a Subcomissão de Apoio aos Beneficiários do Plano Aerus da AL-participaram de encontro com o ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, na quarta-feira (29), em Brasília. Segundo eles, o ministro afirmou que é do interesse do governo federal pagar os valores pendentes o mais rapidamente possível. Conforme o ministro, o pagamento deve ocorrer logo a decisão judicial seja confirmada, já que a ação não vai mais ao STF porque não é matéria de caráter constitucional.

A demanda já foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias e confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, mas o Ministério Público Federal entrou com um agravo contra a decisão.

O valor refere-se à parcela de uma ação judicial decorrente do congelamento do preço das passagens aéreas no Plano Cruzado, em 1986.

O fundo possui mais de 7.500 beneficiários (1.500 no RS) que não estão recebendo os valores de aposentadoria pelos quais recolheram 8% de seus salários durante a carreira. O fundo de pensão foi criado em 1982 com três fontes mensais de custeio: trabalhadores, empregadoras e União (por meio do recolhimento de 3% sobre o valor da venda das passagens aéreas domésticas). Em 1991, esta terceira fonte foi suspensa. Os participantes ativos que ainda não haviam se aposentado também têm direito a ressarcimento.

(Com Isabela Soares)



Villa e Luiz Marinho

PANORAMA ECONÔMICO / Denise Nunes

Projeto de inovação deve incorporar LIT

O Sistema Gaúcho de Inovação que o secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais anunciou para breve vai incorporar o teor da Lei de Incentivo à Inovação Tecnológica (LIT), de autoria do deputado Adão Villaverde, cujo projeto, de 2005, aguarda parecer do deputado Jerônimo Goergen. A LIT prevê o incentivo à pesquisa por meio de abatimento no ICMS.

Nota publicada na coluna Panorama Econômico, de Denise Nunes no Correio do Povo, dia 29 de agosto, página 15, informa que o Sistema Gaúcho de Inovação que o secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais anunciou para breve vai incorporar o teor da Lei de Incentivo à Inovação Tecnológica (LIT), de autoria de Villa.

ARTIGOS

ADÃO VILLAVERDE

À memória e à verdade

Página 3

O PAC acelerando o RS

Página 4

JUAREZ GUIMARÃES

A nova economia política do governo Lula

Página 7

“Enturmação” é decorrência de visão pública equivocada

Villaverde destacou que o processo de “enturmação”, proposto pelo governo estadual, ajuda a aprofundar o desmonte do ensino público do Rio Grande do Sul. Mas é, especialmente, decorrência de uma visão política equivocada do governo estadual que prioriza uma postura meramente fiscalista.

“Pode se discutir pedagogicamente a correção ou o erro do aumento do número de alunos por turma, que é um tema muito importante, mas o debate que deve ser feito é mais amplo, é o do firme enfrentamento da crise financeira estrutural do RS que não está sendo feito”, reforçou ele. “A questão de fundo é a política do governo fiscalista que só trata das despesas com enfoque de arrocho e atraso salarial e não resolver sua submissão jurídica à dívida com governo federal, não reorienta as anistias fiscais e não estabelecer o necessário teto salarial no estado”.

A afirmação foi feita na manhã de terça-feira (28) durante audiência

pública da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, presidida pela deputada Marisa Formolo (PT) e convocada para debater o procedimento que aumenta o número de alunos por turma na rede pública estadual de ensino.

Conforme Villa, a “enturmação” faz parte deste cenário inquietante em que, acima da preocupação social, privilegiam-se as equações matemáticas neo-liberais, predominando as idéias do estado mínimo e do cortes de despesas em setores públicos fundamentais da vida do cidadão.

“Considerar gastos em educação como meras despesas é o equívoco primário desta concepção que remete para a prática da falta de investimentos em áreas de políticas públicas



Villa fala sobre enturmação na audiência pública

essenciais, como a educação, além da saúde, da segurança, do saneamento básico e habitação”, reforçou.

Participaram do debate, a secretária estadual da Educação, Mariza Abreu; representantes do CPERS Sindicato, do Conselho Estadual da Educação, da Associação do Círculo de Pais e Mestres e da Associação de Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul, lotando o Plenarinho, no 3º andar da AL.

DEFENSORIA PÚBLICA

PT denuncia incoerência do governo estadual e de seus aliados

O líder da bancada do PT na AL, deputado Raul Pont, criticou, na terça-feira (28), a falta de coerência do governo Yeda Crusius e da base governista em relação ao projeto que concedia verba de representação aos Defensores Públicos Estaduais. No primeiro semestre, o Parlamento Estadual aprovou este projeto por 50 votos a zero com o apoio do próprio governo estadual. Dois meses depois, o governo recuou, vetou a proposição e seus aliados mantiveram o veto por 27 votos a 23. Eram necessários 28 votos para rejeitar o veto, maioria absoluta na AL, não alcançada mesmo com algumas deserções do bloco governista.

Segundo Pont, naquela ocasião, Yeda e aliados reconheciam que o salário dos Defensores Públicos estava defasado em comparação com o de outras carreiras jurídicas e que o projeto corrigia minimamente esta lacuna. “O orçamento estadual é o mesmo. Como só agora eles se deram conta de que há crise financeira no Estado?”, indaga Raul Pont. O PT manteve a coerência e votou pela derrubada do veto governamental,

assim como PDT, PSB, o PC do B.

O deputado Villaverde apelou para que os parlamentares da base aliada do governo estadual não oscilassem de opinião retrocedendo na opinião manifestada em votação há dois meses quando mostrarem-se favorável às reivindicações da Defensoria Pública.

Para Villa, naquela sessão os deputados votaram com suas consciências, posições e autonomia de legislador autônomo, sem subordinarem-se a outro poder.

Por isso, o deputado petista concitou os colegas ao voto consciente para que os defensores públicos possam reafirmar a convicção na tradição da Casa de coerência e não de repentina mudança de votação.

Villa também considerou muito frágil a alegação de que o Estado não tem recursos para promover o reajuste já que as verbas escassas são aplicadas em áreas essenciais. “É justo na Defensoria Pública que os excluídos podem ter acesso à Justiça, consagrando uma política pública para quem mais necessita”, disse.

(Com Stella Máris Valenzuela)

HOMENAGEM

Dia do Bancário teve programação especial

Villa participou na terça-feira (28) das comemorações do Dia do Bancário que teve programação especial na Praça da Alfândega, centro da Capital. Foram realizadas atividades como rádio ao vivo, música, serviços e muitas entrevistas. O evento, que ocorreu até às 16h, em frente ao Santander Cultural, marcou o lançamento estadual da Campanha Salarial 2007. As atividades foram organizadas pelo SindBancários e Federação dos Bancários do RS, com o apoio de vários sindicatos do interior gaúcho.

O dia 28 de agosto é histórico para a categoria no país. Mais que o Dia do Bancário, a data lembra a luta por direitos e dignidade no trabalho. Foi um movimento grevista de 1951, que durou 69 dias, que deu origem à data. “A resistência deu certo”, lembra o diretor de comunicação do Sindbancários, Ademir Wiedecker. “Os banqueiros acabaram concedendo 31% de aumento. Bancários de São Paulo foram os únicos em todo o país a manter suas reivindicações e não aceitaram a proposta de 20% oferecida pelos bancos”.

Secretaria dos Direitos Humanos lança livro sobre mortos e desaparecidos políticos

Na quarta-feira (29), às 15h, no Palácio do Planalto, Villa representou a presidência do Parlamento, no lançamento do livro “Direito à memória e à Verdade - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”, produzido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). A solenidade teve a presença do presidente da República, Lula da Silva, de familiares de mortos e desaparecidos, representantes de entidades de direitos humanos, intelectuais e autoridades governamentais. “O livro contribui para a consolidação do respeito aos Direitos Humanos no Brasil”, ressalta o ministro da SEDH, Paulo Vannuchi - organizador da publicação. A obra recupera a história de cerca de 400 militantes políticos, que foram vítimas da ditadura militar no Brasil.

Com 500 páginas, a publicação é resultado de 11 anos do trabalho da Comissão Especial, instituída pela Lei nº 9.140/95 de dezembro de 1995, que



trabalhou na busca de solução para os casos de desaparecimentos e mortes de opositores políticos por autoridades do Estado durante o período 1961-1988.

O presidente Lula destacou a importância do conteúdo da obra para a história brasileira. “Eu quero dizer aos companheiros que lutam em defesa dos direitos humanos que vocês serão parceiros na crítica. Não fiquem pensando que o governo vai ficar chateado quando alguém criticar. Vocês serão parceiros no apoio, isso vale para os militares, isso vale para os parentes dos desaparecidos, isso vale para os advogados. É preciso que a gente entenda de uma vez por todas: o Brasil e, sobretudo a história do Brasil, precisa dessa verdade tal como ela é e eu acho que nós conseguiremos desvendá-la e mostrá-la ao povo”, disse.

Com assessoria de imprensa da SEDH da Presidência da República

ARTIGO

À memória e à verdade

*Adão Villaverde

As recorrentes reações contrariadas às indenizações concedidas pela Comissão de Anistia do nosso país aos familiares de torturados, mortos e desaparecidos pelo regime militar, têm demonstrado que ainda temos grande dificuldades de superar um passado que parece ser um tempo que não passou.

Ainda não há, no Brasil, uma cultura permitindo que seja concedido um tratamento de Estado com amplo apoio da sociedade, em relação ao que significou o período de exceção e arbítrio vivido pelo nosso país de 1964 a 1985, sobretudo se contrastado, por exemplo, com o Uruguai e a Argentina, onde seus cidadãos cobram e exigem de seus governos os reparos necessários.

É por isto que o livro lançado neste dia 29 no Palácio do Planalto pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, versando sobre a história das vítimas dos organismos de repressão da ditadura, tem grande relevância e significado para nossa democracia.

Ainda que alguns, equivocadamente, podem atribuir à obra uma lógica revanchista, o que ela pretende mesmo é o que nomeia o seu título: “Direito à memória e à verdade”. Sem deixar de subliminarmente recuperar aquilo que a grande pensadora alemã de origem judaica Hannah Arendt dizia sobre o “terrorismo de estado”. Ou seja: “...
sabrando e à recusa ao outro?”.

É fundamental reconhecer que a ditadura de duas décadas foi um monstruoso passo atrás na história brasileira

como os povos podem aderir à idéia do genocídio? Como o pacto social pode ser definitivamente quebrado? Como a hipótese de uma sociedade das nações cai em ruína e como aceitar o inaceitável: a inutilidade da existência, a sensação de estar

Este documento se reveste, portanto, de uma contribuição que poderá ser importantíssima para que o atual governo nacional possa avançar junto com a sociedade brasileira não só no reconhecimento, mas no mínimo na responsabilização de reparo em relação às mortes, torturas e repressões de uma época de triste memória para todos nós.

Assim como vivemos num país no qual podemos eleger diretamente nossos representantes e expomos livremente nossas opiniões e posições, não distorcer fatos e recuperar a memória e a verdade é um grande significado para avançar nossa incipiente democracia e fortalecer o estado de direito.

É fundamental reconhecer que a ditadura de duas décadas de cruel escuridão foi um monstruoso passo atrás na história brasileira. E que o reconhecimento e o ressarcimento aos familiares das vítimas das atrocidades são medidas urgentes, necessárias e, sobretudo, imperiosas.

*Publicado na Zero Hora, página 15, em 30 de agosto de 2007

O PAC acelerando o Rio Grande

Adão Villaverde*

A presença do presidente Lula no RS, anunciando investimentos do PAC saneamento e habitação, na ordem de mais de R\$ 1,6 bi ao RS, se reveste de um especial significado para os gaúchos, ao mostrar que o governo federal está fazendo sua parte. De um lado, garante a continuidade da postura que o governo nacional vem adotando do ponto de vista da relação com os entes federados, já que, no primeiro mandato de Lula, foram aplicados no RS mais de R\$ 14 bi, sem incluir transferências constitucionais e voluntárias. De outro, porque as medidas vão ao encontro de uma necessidade histórica do RS, fundamentalmente no campo da infraestrutura, uma vez que todos os governos federais que antecederam o atual, sempre foram alvos de fortes críticas dos gaúchos por terem abandonados os investimentos ao Estado.

É neste contexto, mas também no âmbito da absoluta incapacidade de investimentos do atual governo estadual, resultado sobretudo da crise financeira estrutural que atravessamos, que investimentos em infra-estrutura e logística física e social, como

rodoviária, aeroportuária, energética, saneamento e habitação, ganham uma dimensão importante para evitar que desacomulemos em áreas onde já fomos pioneiros e referência a outros estados.

As iniciativas também ganham mais potência e amplitude por fazerem parte de um conjunto de ações cujo centro

Estas ações, associadas a um conjunto de medidas que o governo gaúcho deveria tomar, poderiam ressignificar um sentido de futuro para o RS

de sustentação não está somente em recursos públicos mas sobretudo em forte parceria com o setor privado, que levou o governo a uma intensiva política de apoio a setores estratégicos, fundamentais para pavimentar e impulsionar a infra-estrutura necessária, na perspectiva de retomada do nosso desenvolvimento em bases nacionais.

Estas ações, associadas a um conjunto de outras medidas estruturantes que o governo gaúcho deveria tomar, poderiam ressignificar um sentido de futuro para o RS. Primeiramente acelerar a urgente necessidade de superar político-juridicamente sua submissão à dívida pública, associada às necessárias medidas que devem ter, como ponto de partida, enfrentar dois outros estrangulamentos.

Um deles, diminuir o poder das corporações "externas", que o aparelham exclusivamente para "subsidiar seus negócios", sem qualquer hierarquia orientada pelo interesse público norteando, por exemplo, os programas de renúncia fiscal.

Outro, reduzir o poder de corporações internas, pequena parcela privilegiada do setor público com salários desproporcionais se comparados aos dos demais servidores, apoiando, por exemplo, no Legislativo, a proposta de teto salarial para os poderes.

Iniciativas que podem ser decisivas para o RS retomar suas funções públicas e recuperar a capacidade de crescimento que vem perdendo já há muito tempo.

BARRA DO QUARAÍ

Prefeitura entrega obra de pavimentação

Rafael Fialho

A administração da Barra do Quaraí, através do prefeito Maher Jaber, entregou às comunidades da Vila Nova e São Francisco a obra de pavimentação de ruas daquelas localidades. Foram pavimentados 4.070 m². Os recursos para execução da obra foram destinados através de emenda parlamentar do deputado federal Paulo Pimenta (PT), mais contrapartida do município.

A pavimentação privilegiará a comunidade local, dando melhores condições de tráfego de veículos, e principalmente para os moradores, além disso, oferece mais conforto aos pedestres para circulação nos dias de chuva. Foi oferecido pela empresa que executou a obra a colocação de emulsão asfáltica, aplica nas ruas de entrada das vilas. Segundo o engenheiro do município Cláudio Covolo a aplicação

viabiliza uma melhor estrutura e um visual diferente.

Na oportunidade o prefeito assinou a ordem de serviço à empresa Braccini e Dutra Ltda., para a pavimentação de 2650 m² com pedras irregulares no Bairro Normam Irio Gutierrez. Esta obra será realizada com recursos próprios do município.

Segundo o prefeito, este tipo de investimento possibilita a urbanização da cidade, e conseqüentemente resgata a auto-estima do cidadão. Maher relatou ainda que a administração municipal está trabalhando intensamente voltado para a urbanização e desenvolvimento do município, pulverizando os recursos



Desenlace da fita simbolizou a entrega da pavimentação

na cidade e interior do município.

Estiveram presentes no ato Luis Cláudio Ramos, representando o deputado estadual Adão Villaverde, o gerente da Corsan Uruguaiana, Edson Pituco e autoridades civis, militares e eclesiais do município.

Por Rafael Fialho - Coordenador de Imprensa da prefeitura de Barra do Quaraí

Ministério do Turismo libera R\$ 900 mil

Na quarta-feira (29), em Brasília, Villa e o prefeito santa-mariense Valdeci Oliveira participaram de reunião com a ministra do Turismo, Marta Suplicy, na qual foram liberados R\$ 900 mil para obras dos projetos turísticos de Santa Maria. Um dos projetos contemplados é o de sinalização turística do município.

Outro projeto para o qual será destinado o maior volume de recursos federais é o de revitalização da Estrada do Perau - que liga Santa Maria à Itaara - e que foi a primeira pavimentação do município.

Identificado há várias décadas como um dos pontos de maior potencial turístico dos municípios de Santa Maria e Itaara, a Estrada do Perau, tem uma proposta concreta de revitalização, que prevê a implantação de mirantes, áreas

de descanso e de uma pista de caminhada no local.

Entre os principais pontos da revitalização, está a implantação de três pórticos de visitação ao longo dos 3,6 km da estrada, 10 áreas de descanso ao longo da via com bancos, lixeiras e painéis com informações sobre a localização e sobre a história da estrada e ainda uma pista de caminhada.

Conforme Valdeci Oliveira, o recurso necessário para concretizar o projeto, orçado em R\$ 700 mil, não é tão alto se



Villa, Marta Suplicy e Valdeci

for considerada a importância da iniciativa: “A primeira vista achei que seriam necessários alguns milhões de reais para executar. Mas o projeto feito é muito qualificado e muito realista”.

EXPOINTER

Demissões na Emater ampliam desmonte do RS

Villa lamentou, nesta sexta-feira (31), que o governo estadual continue promovendo um desmonte das políticas públicas do Estado, desta vez atingindo a Emater. Participando da cerimônia de inauguração oficial da 30ª Expointer, em Esteio, o parlamentar assistiu as fortes manifestações de funcionários da empresa de assistência técnica que foram demitidos que vaiaram a governadora e exibiram faixas de protesto diante do pavilhão central do Parque de Exposições Assis Brasil. “Em um momento em que o governo nacional investe pesado no RS e o presidente Lula vem ao Estado anunciar programas de saneamento e habitação, e quando o setor primário gaúcho retoma sua capacidade, após superar as estiagens, a governadora Yeda Crusius aprofunda a destruição, de maneira insensível e autoritária em plena Expointer”, destacou o deputado.

Para ele, a desestruturação da Emater não diminui apenas o número de especialistas que assistem o produtor mas destroem vínculos importantes que o técnico rural estabelece com agricultor. “Para a comunidade rural, o extensionista é quase tão importante quanto o padre”, compara.

De acordo com Villa, outro grave malefício das demissões é a destruição do acúmulo técnico e cultural que o extensionista da Emater reuniu ao longo de muitos anos de prática no campo. “É como se queimasse uma biblioteca, acabando com a memória e os registros da atividade que consolidou uma política pública de Estado”. Conforme Villa, esta postura do Executivo estadual deixa claro que o governo não tem compromisso com a agricultura gaúcha.

Antes, na segunda-feira (28), às 17h, Villa participou do lançamento do Vinho de Urugaiana, realizado no estande do Sebrae, na Expointer. O



Autoridades participam do lançamento do projeto do Memorial Oswaldo Aranha de Alegrete...

evento marcou a reativação da Cooperativa Vitivinícola de Urugaiana, composta por 23 cooperados, que possui uma área cultivada de 40 hectares, distribuídos em 15 propriedades rurais. O prefeito de Urugaiana, Sanchotene Felice, também participou do evento.

Após, às 19h, Villa esteve no lançamento estadual do projeto de construção do Memorial Oswaldo Aranha, realizado na Casa do Alegrete.

Com o centro cultural projetado por Oscar Niemeyer, o município quer firmar-se como um pólo irradiador de cultura, devido a sua localização privilegiada no pampa gaúcho.



... e do Vinho de Urugaiana



Jovens farão 1ª Conferência Nacional

Villa e Ivar Pavan participaram na manhã desta sexta-feira (31), no Plenarinho da AL, da apresentação do formato da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

Villa destacou dois eixos que considera importantes para a organização da Conferência.

“Um é compatibilizar as políticas públicas para a juventude, desenvolvidas nos municípios, no Estado e na União. Outro é a necessidade de montar uma estrutura organizativa para ampliar a capilaridade das políticas de juventude”, disse ele que, juntamente com Ivar Pavan e outros deputados, como Mano Changes (PP), devem acompanhar a temática no Parlamento gaúcho.

Villa lembrou que já encaminhou pedido de criação de uma Comissão Especial para tratar do tema da juventude no âmbito da AL, mas como há limites parlamentares para o

funcionamento de comissões deste tipo, será preciso aguardar o encerramento de uma para constituir outra com caráter especial, o que deve ocorrer antes do final do ano.

Novo ProJovem

O presidente Lula lança, na manhã da próxima quarta-feira (05), em Brasília, o programa integrado de juventude que atenderá, até 2010, quatro milhões de jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, possibilitando sua reintegração ao processo educacional, recebendo qualificação profissional e tendo acesso à ações de cidadania, cultura e lazer.

O programa integrado unifica seis já existentes: Consórcio da Juventude, PróJovem, Juventude Cidadã, Escola de Fábrica, Agente Jovem e Saberes da Terra. O programa se chamará ProJovem e será dividido em ProJovem Urbano, ProJovem Campo, ProJovem Trabalhador e ProJovem Adolescente.

Congresso reúne mais de 3 mil

Mais de 3 mil pessoas - entre delegados, observadores, convidados e assistentes - devem participar do 3º Congresso Nacional do PT, que acontece a partir desta sexta-feira (31) no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo.

Para a cerimônia de abertura, estão previstas as presenças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice José Alencar. A cerimônia tem início às 20h.

Também são esperados ministros, parlamentares, governadores, prefeitos, delegações internacionais e várias lideranças de movimentos populares.

No Congresso, os petistas vão debater questões relativas ao país, ao socialismo e ao próprio partido, todas reunidas em torno de três grandes temas: “O Brasil que Queremos”; “Socialismo Petista”; e “PT: Concepção e Funcionamento”.

Após um amplo e democrático processo de escolha - que envolveu milhares de municípios brasileiros durante três meses - foram eleitos 931 delegados para esta etapa final. São eles que irão debater e votar as propostas de resolução relativas aos três temas. Estão inscritas 75 propostas.

www.pt.org.br

Definida construção de 10 escolas técnicas para o RS

Segunda-feira (03) será feito anúncio, em coletiva na AL, repetindo o que o Ministério da Educação divulgou nesta sexta-feira (31), em Brasília: o cronograma de construção, no período de 2008 a 2010, de escolas técnicas federais nos municípios integrantes da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. No RS serão beneficiados Porto Alegre, Bagé, Camaquã, Venâncio Aires, Osório, Caxias do Sul, Panambi, Santa Rosa, Erechim e São Borja. O governo federal vai destinar R\$ 750 milhões para obras e R\$ 500 milhões, por ano, para custeio e salários de professores e funcionários.

As unidades vão oferecer, no início, pelo menos 5 cursos técnicos de nível médio. As áreas dos cursos serão debatidas em audiências públicas nas regiões. As primeiras escolas, segundo as previsões, serão inauguradas no primeiro semestre de 2008, com início das aulas em agosto. Concursos públicos para a contratação de professores e funcionários ocorrerão nos primeiros meses de 2008.

Para definir a seqüência das obras, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) baseou-se nas contrapartidas oferecidas pelos municípios. A classificação será dividida por estado.

TRABALHO



Villa participou nesta sexta-feira (31), de uma reunião com o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, para discutir a formação e qualificação profissional, na sede da Federação do Comércio de Bens e de Serviços no Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio), presidida por Flávio Sabbadini.

A nova economia política do governo Lula

*Juarez Guimarães

Este é um resumo do artigo de Juarez Guimarães, publicado na edição número 72, da revista Teoria e Debate, de julho/agosto 2007, abordando o tema da nova economia política do governo Lula, título do texto que ocupa as páginas 28 a 31.

Os grandes empresários da comunicação, que alimentam com ódio e preconceito diariamente a oposição ao governo Lula, já têm uma estratégia para este segundo mandato. Trata-se de três operações combinadas: esconder, turvar, baralhar a compreensão de que o país vive hoje potencialmente o ciclo econômico mais virtuoso da sua história; negar, esconder, dificultar o acesso à informação de que as políticas sociais de inclusão no segundo mandato do governo Lula tendem a alcançar uma extensão e qualidade sem paralelos históricos nas políticas públicas antes praticadas; dar um tratamento policial à cobertura política, procurando construir a imagem de que o Brasil nunca foi tão corrupto, em vez da verdadeira constatação de que o governo federal nunca combateu tanto a corrupção no país.

O reconhecimento de que o Brasil vive hoje potencialmente um ciclo econômico virtuoso inédito não pode ser reconhecido por quem faz oposição ao governo Lula. É vital que a informação e a consciência pública sobre esse novo ciclo possível permaneça obscura. Para os que alimentam a estratégia de uma vitória do PSDB-DEM nas eleições presidenciais de 2010, isso seria um desastre fatal. Seria anular a campanha propagandística de que o governo Lula é inoperante, ineficaz e incompetente.

Não seria mais possível afirmar, como se diz usualmente, que economia pela primeira vez na história brasileira, estão sendo criadas as condições para um ciclo sustentado de crescimento econômico com distribuição de renda. O aprofundamento da dimensão distributiva deste ciclo, que depende das lutas democráticas e populares, pode permitir a superação da pobreza crônica que assola a vida dos trabalhadores e dos pobres desde a origem do país o crescimento econômico atual colhe os frutos da estabilização iniciada com os governos FHC. Tornaria sem credibilidade a acusação de que o PT, principal partido que sustenta a coalizão de governo, traiu os seus

princípios fundadores, de compromisso com os que trabalham, nas cidades e nos campos, com os pobres, com os que mais sofrem exploração e discriminação. Para os que criticam, de um ângulo sectário e esquerdista, o governo Lula, o reconhecimento de tal

O reconhecimento de que o Brasil vive um ciclo econômico virtuoso inédito não pode ser reconhecido por quem faz oposição ao governo Lula

ciclo econômico colocaria em ponto morto o discurso de que ele continua, no fundamental, as políticas neoliberais de FHC. A própria identidade dessas correntes, hoje ainda muito minoritárias, ficaria comprometida. No entanto, não é difícil provar com informações e análises que as opções tomadas pelo governo Lula estão sendo, em particular neste segundo mandato, crescentemente capazes de assegurar um novo ciclo econômico de crescimento sustentado com distribuição de renda. A formação dessa consciência pública é, pois, fundamental para delinear as perspectivas de quem luta pela continuidade e pelo aprofundamento do atual processo de transformações.

Somente no primeiro semestre de 2007, foram criados 1,095 milhão de empregos com carteira assinada

Contra-argumentos

O primeiro e mais surrado argumento que se levanta contra a hipótese de um novo ciclo econômico é

o de que o crescimento recente da economia brasileira é mera extensão, em plano medíocre, do crescimento da economia mundial. O fundamento de um liberalismo radical, de crença nos poderes automáticos dos mercados, que sustenta esse argumento, deveria envergonhar os autores de esquerda que o utilizam. Pois as decisões do Estado nacional, no contexto das correlações de forças geopolíticas e econômicas, são fundamentais para definir a dinâmica do processo econômico.

Um exemplo: em 1995, primeiro ano do governo FHC, o superávit no balanço de pagamentos (comércio, serviços, rendas e transferências unilaterais) era de US\$ 12,9 bilhões; em 1999, devido à desastrosa decisão da paridade real/dólar, havia um déficit de US\$ 7,8 bilhões. Com a selvagem abertura comercial, uma política ativa de desregulamentação do mercado de trabalho e de diminuição do quadro do funcionalismo público, de 1990 a 2001 foram criados apenas 3,2 milhões de empregos. Em meio ano, somente no primeiro semestre de 2007, foram criados 1,095 milhão de empregos com carteira assinada. Mero automatismo de mercado? Seria mais correto afirmar que o crescimento da economia mundial tem sido uma condição necessária, mas não suficiente, para explicar o novo quadro da economia brasileira. As exportações nacionais têm crescido em patamar superior ao das exportações mundiais; houve uma importante ampliação, bem como diversificação dos parceiros econômicos, fruto, em grande medida, da nova política externa do governo Lula (por exemplo, as exportações para os EUA, que eram de 25,7% do total em 2002, hoje são apenas 17,7% do total).

Mas, principalmente, é cada vez maior a responsabilidade dos aumentos da ocupação e da renda, em particular dos estratos mais pobres, e o crescente impacto dos gastos públicos do governo federal na manutenção do dinamismo da economia brasileira. Em ambos os casos, em decorrência de opções estratégicas de governo.